

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



São Paulo fortalece o turismo

A Assembleia Legislativa aprovou a criação de 70 novos Municípios de Interesse Turístico, elevando para 214 o número de cidades reconhecidas com o título. O avanço reforça o turismo como motor de desenvolvimento no estado. Em sintonia, UVESP e AMITESP firmaram parceria durante encontro em Laranjal Paulista,

unindo esforços para ampliar o diálogo e ações em defesa do municipalismo. **PÁGS. 04 e 05**

O turismo é um agente transformador. É bom para quem mora e para quem visita'

Consórcio fomenta sustentabilidade

O Consórcio Intermunicipal Três Rios, presidido por Sérgio Victor e reunindo 23 municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte, vem se tornando referência por fortalecer a integração regional com iniciativas que unem desenvolvimento e preservação ambiental. Entre os destaques estão os serviços compartilhados de zeladoria, sinalização viária e inspeção de produtos de origem animal, além do pioneiro projeto PSA Vale Mais Verde, que já restaurou áreas degradadas, apoiou agricultores e distribuiu R\$ 8,7 milhões em pagamentos por serviços ambientais, consolidando-se como modelo de gestão sustentável. **PÁG. 10**



Liderança feminina no TCESP

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes assumiu pela terceira vez a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Empossada no último dia 19 de agosto, ela destacou a continuidade administrativa, a efetividade das ações e o compromisso social do TCESP. Logo após a posse, a Corte também foi marcada pelo lançamento do Banco Vermelho, em apoio ao combate à violência contra a mulher. **PÁG. 03**



Novas leis sinalizam avanços na causa animal no país

O Brasil avança na proteção animal com duas legislações pioneiras: em São Paulo, agora é proibido manter cães e gatos acorrentados; enquanto em âmbito federal, ficam vetados os testes de cosméticos em animais. As leis consolidam um novo paradigma e aproximam o país de padrões internacionais. **PÁGS. 16 e 17**

Miracatu inova na educação inclusiva

Miracatu lançou as Salas de Recursos de Aprendizagem, projeto pioneiro que oferece atendimento psicopedagógico a alunos com transtornos como dislexia e TDAH. A ação amplia a inclusão educacional, fortalece a autoestima dos estudantes e inspira novas práticas na região. **PÁG. 15**



Inovação na sala de aula
Programa educativo une robótica e ludicidade para potencializar o desenvolvimento infantil. **PÁG. 09**



Código Animal em SP: 20 anos
São Paulo celebra 20 anos do Código de Proteção Animal com avanços e novos desafios. **PÁG. 15**



Mulheres do agro em foco
Encontro reúne mais de 3,3 mil mulheres e reforça protagonismo feminino no agronegócio. **PÁG. 08**



Consórcios e a legislação
Em artigo, Dimas Ramalho salienta que os consórcios devem seguir a Nova Lei de Licitações. **PÁG. 11**



De olho na saúde mental
Hortolândia é pioneira em programas de saúde mental. **PÁG. 14**



JORNAL DO INTERIOR

Projeto Gráfico

GEP Comunicação
gepcom.com.br
glauucia@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo

WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores

Eliria Buso
Jefferson Bote
Cláudia Costa

Departamento Jurídico

Dr João Costa
Dra Lívia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Williams Kester

Circulação

645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam
a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal é expresso
no editorial.

Administração e Redação

Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável

Sebastião Misiara

Editora

Silvia Melo

Supervisão

William Lopes

Diagramação

Núbia Barros

Revisão de texto e diagramação

Luciana Nogueira

Fale com a UVESP



Sebastião Misiara

Presidente
misiara@uvesp.com.br

Silvia Melo

Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial

comercial@uvesp.com.br

Site

www.uvesp.com.br
www.conexidades.com.br
www.jornaldointeriornews.com.br

Redes sociais UVESP



@uvesp.official



@jornal_do_interior



@misiarasebastiao

Youtube UVESP



www.youtube.com/uvesp



Justiça fiscal municipal

O municipalismo brasileiro, ao longo da história, consolidou-se como a expressão mais autêntica da democracia. É no município que a vida acontece e onde as demandas da população se transformam, de forma imediata, em responsabilidade do poder público. Contudo, essa centralidade política e social contrasta com uma realidade preocupante: a injustiça fiscal que sufoca os governos locais.

O pacto federativo, em sua atual configuração, concentra a maior parte da arrecadação tributária nas mãos da União e dos Estados, deixando aos municípios a menor fatia dos recursos, mas a maior carga de responsabilidades. Saúde, educação básica, transporte público, saneamento, limpeza urbana e assistência social são executados, em sua maioria, pelas prefeituras. São serviços essenciais à vida cotidiana, mas financiados com recursos cada vez mais escassos.

A contradição é evidente: cobra-se dos prefeitos e vereadores respostas rápidas para os desafios sociais, mas não se garante a eles os instrumentos necessários para agir. A autonomia municipal, tão defendida na Constituição, só será plena quando vier acompanhada da autonomia financeira. Sem isso, o discurso do fortalecimento dos municípios permanece incompleto.

A reforma tributária em curso precisa olhar para esse desequilíbrio. Não basta simplificar impostos ou reorganizar competências. É necessário redistribuir receitas com justiça, reconhecendo que os municípios são a linha de frente do Estado

brasileiro. São eles que acolhem a população vulnerável, que mantêm abertos os postos de saúde, que garantem merenda escolar, que recolhem o lixo e iluminam as ruas. Não há desenvolvimento nacional sem a base municipal fortalecida.

Ainda assim, em meio às dificuldades, muitas cidades têm mostrado criatividade. Consórcios públicos surgem como alternativa para unir forças regionais, reduzir custos e ampliar resultados. Parcerias com a iniciativa privada permitem investimentos em mobilidade, iluminação, gestão de resíduos e energias limpas. Mas essas soluções, embora meritórias, não podem ser vistas como substitutas da justiça fiscal. Elas são paliativas diante de um problema estrutural.

É preciso coragem política para enfrentar a realidade: enquanto os municípios não tiverem condições dignas de financiamento, continuaremos a viver crises recorrentes de gestão, com serviços comprometidos e populações frustradas. Justiça fiscal municipal não é privilégio, é necessidade. É a base para que a democracia funcione, para que a cidadania seja exercida em plenitude e para que o desenvolvimento sustentável deixe de ser apenas discurso.

O futuro do Brasil começa nos municípios. Se queremos um país mais justo, equilibrado e moderno, devemos começar por corrigir o que há de mais urgente, que é dar aos municípios os recursos proporcionais às suas responsabilidades. Só assim, prefeitos, vereadores e a sociedade civil poderão cumprir, juntos, a tarefa de construir uma nação mais próspera e solidária.

Cristiana de Castro Moraes assume pela terceira vez a Presidência do Tribunal de Contas

Conselheira enfatiza efetividade e compromisso social do TCESP em sua nova gestão



Cristiana de Castro Moraes, presidente do TCESP, compõe a mesa diretiva com Marco Bertaiolli e Dimas Ramalho

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes tomou posse, no último dia 19 de agosto, como Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). A cerimônia marcou a sucessão do Conselheiro Roque Citadini, cuja aposentadoria foi publicada na mesma data no Diário Oficial do TCE.

Cristiana de Castro Moraes integra o Colegiado desde 2012, sendo a primeira mulher a ocupar a função de Conselheira do TCESP. Ela já esteve à frente da Presidência em 2015 e 2021, sempre com eleição unânime. Em seu discurso de posse, reforçou o caráter coletivo da nova gestão e o foco na efetividade das ações da Corte.

“Sabemos que a Presidência do Tribunal é muito rápida: é de um ano. Eu digo que é uma caminhada com todos juntos para entregar e corresponder às expectativas da sociedade. Nossa gestão será para tornar o Tribunal cada vez mais efetivo e mais comprometido com a sociedade”, declarou.

A nova Presidente também frisou a importância da continuidade administrativa. “Pretendo dar prosseguimento aos trabalhos já em andamento no TCE. Estive à frente da Coordenação do Planejamento Estratégico e temos grandes pro-

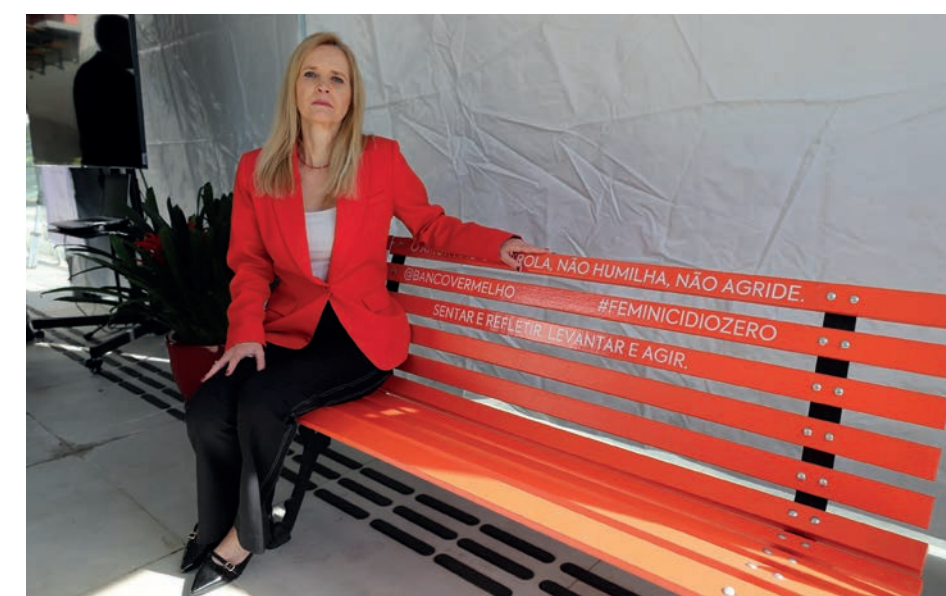
jetos em andamento”, comenta.

A posse foi prestigiada pelos Conselheiros Renato Martins Costa, Dimas Ramalho, Sidney Beraldo, Marco Bertaiolli e Maxwell Borges de Moura Vieira; além dos Conselheiros Substitutos-Audidores e representantes de diversas diretorias e setores da Casa. Também estiveram presentes a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Letícia Delsin Matuck Feres, e autoridades ligadas à Procuradoria da Fazenda, à Diretoria Geral de Administração e à Tecnologia da Informação.

Natural de Belo Horizonte, Cristiana é servidora de carreira do Corpo de Auditores do TCESP. Possui formação em Administração (Universidade

Ao longo da carreira, acumulou experiência em gestão, controle e fiscalização, consolidando sua trajetória no serviço público paulista

Federal de Viçosa) e em Direito (Universidade Federal do Espírito Santo), além de títulos de mestrado e diversas especializações. Ao longo da carreira, acumulou experiência em gestão, controle e fiscalização, consolidando sua trajetória no serviço público paulista.



Banco Vermelho simboliza a luta contra a violência de gênero

Recentemente, o TCESP também elegeu, por unanimidade, os Conselheiros Dimas Ramalho e Marco Bertaiolli para exercerem os cargos de Vice-Presidente e Corregedor da Corte, respectivamente, para o complemento do mandato da Mesa Diretiva do exercício de 2025.

Banco Vermelho

Paralelamente à posse, o Tribunal de Contas também promoveu ação de conscientização no âmbito da campanha **Agosto Lilás**, inaugurando o **Banco Vermelho** no Passadiço sobre o Memorial da Corte. A ação é resultado de parceria entre a Ouvidoria das Mulheres do TCESP e o Instituto Banco Vermelho.

O objetivo é alertar a sociedade para a violência contra meninas e mulheres, reforçando a necessidade de políticas públicas efetivas de enfrentamento ao feminicídio. O banco, pintado de vermelho em alusão ao sangue das vítimas, carrega mensagens de conscientização e um QR Code que direciona para a Rede de Apoio à Mulher no Estado de São Paulo, com informações e contatos de emergência.

A Presidente do TCESP destacou o papel institucional do órgão na defesa da democracia e na promoção de políticas públicas. “Nós somos o Tribunal de Contas. Um Tribunal que defende a democracia, os recursos públicos e incentivador de boas políticas públicas. Nós também devemos aderir a essa Campanha, incentivar políticas públicas no combate à violência contra a mulher. O combate ao feminicídio é da conta de todo mundo, é também da conta e da responsabilidade do Tribunal de Contas”.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a quinta posição entre os países com maior número de feminicídios. Somente em São Paulo, em 2024, foram registrados 250 casos. A cada seis horas, uma mulher é morta no país; a cada seis minutos, uma menina ou mulher sofre violência.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Alesp aprova 70 novos MITs e São Paulo chega a 214 municípios com título turístico

Reconhecimento amplia alcance do programa criado em 2015 e reforça o turismo como vetor de desenvolvimento



Campinas integra a lista dos novos Municípios de Interesse Turístico

O plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) viveu, no final de agosto, um momento considerado histórico para o setor turístico do estado. Em sessão extraordinária, os deputados aprovaram projetos de lei que concedem o título de Município de Interesse Turístico (MIT) a 70 cidades. A votação foi marcada pela união: 92 dos 94 parlamentares assinaram coletivamente os textos, gesto raro na política paulista, que transformou a iniciativa em um marco institucional.

Com a nova leva de reconhecimentos, São Paulo passa a ter 214 MITs, além das 70 estâncias turísticas já existentes. Para especialistas e gestores municipais, trata-se de uma expansão

que consolida o turismo como estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural em diferentes regiões do estado.

Entre os 70 novos municípios que passam a ostentar o título estão cidades de diferentes perfis e regiões: Americana, Andradina, Arujá, Bauru, Campinas, Lorena, Louveira, Mogi Guaçu, Ourinhos, Penápolis, Pindamonhangaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Sorocaba, Suzano, Taubaté, Vinhedo, entre outros.

A diversidade revela o caráter abrangente da política pública: há desde polos urbanos consolidados até pequenos municípios com forte tradição cultural ou vocação natural para o turismo rural, religioso ou de aventura.

O que significa ser MIT

Criado em 2015 pela Lei Complementar nº 1.261, o programa dos Municípios de Interesse Turístico garante às cidades classificadas o direito de receber repasses anuais do Governo do Estado destinados a projetos de infraestrutura, preservação ambiental, valorização cultural e promoção de atrações locais.

Os recursos podem ser usados em urbanização e revitalização de áreas turísticas, construção de centros de atendimento ao visitante, sinalização, além de ações de capacitação profissional. Na prática, o título transforma o turismo em um eixo estruturante das políticas públicas municipais.

Para o secretário de Turis-

mo e Viagens de São Paulo, Roberto de Lucena, o impacto é imediato. “Ao se tornarem municípios de interesse turístico, esses municípios passam a ter o direito de participar de um processo de ranqueamento que prevê o repasse de recursos destinados à infraestrutura turística. Os municípios também contam com todo o apoio da Secretaria na elaboração e estruturação de planos de turismo municipais, constituição de Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), entre outros”, diz. “Além disso, estamos levando para diversas regiões do nosso Estado eventos e workshops como **ValorizaSP**, que apresenta os programas e ações da Secretaria à gestores públicos municipais, empresários e outros profissionais do setor turístico. O objetivo é aproximar a Secretaria do poder público regional, capacitá-los e mostrar como podemos trabalhar juntos para a estruturação e desenvolvimento do turismo”, emenda.

A aprovação coletiva dos projetos só foi possível graças a uma intensa costura política entre as lideranças da Alesp. O deputado estadual Itamar Borges, coautor da lei que criou os MITs há dez anos, ressaltou o caráter histórico da decisão. “Fico muito feliz em ver os resultados desta iniciativa que tanto transforma as nossas cidades”, afirma. “Agora, com essa nova conquista, conseguimos avançar ainda mais, levando desenvolvimento e oportunidades para todo o Estado”, completa o deputado.



José Basílio, da AMITESP, celebra a votação na Alesp

Investimentos nas cidades

Entre as cidades contempladas está Lorena, no Vale do Paraíba, que agora pretende fortalecer sua vocação como polo de turismo religioso e científico. “Com Lorena integrada ao grupo de MITs e estando inserida na Rota da Fé, as áreas a serem priorizadas serão o turismo religioso e vivência espiritual, o turismo cultural e de patrimônio, além de eventos e turismo pedagógico”, explica o prefeito Sylvio Ballerini.

Com a nova verba, muita coisa pode ser feita. Para fortalecer o turismo religioso, por exemplo, a ideia é apresentar e sugerir a criação de pacotes e roteiros de peregrinação, a serem ofertados pelas agências de turismo, com visitas a santuários, igrejas e locais de culto, que já possuem a infraestrutura de acolhimento.

Segundo a prefeitura, o município pretende destacar ainda suas igrejas históricas, museus, acervos locais e festas populares.

A cidade é um Polo educacional, com quatro universidades, o que traz uma imensa massa de estudantes e docentes e a possibilidade de diversas ações turísticas voltadas para esse público. “Lorena conta também com três grandes parques ecológicos e uma Floresta Nacional que traz o turismo ecológico e de aventura em seu DNA. Pretendemos fortalecer ainda mais a visitação a esses locais”, emenda o gestor.

O prefeito ressaltou ainda o papel da comunidade. “Nossa Secretaria de Turismo vem buscando aumentar o contato com a comunidade e empreendedores locais. As agências de turismo, rede hoteleira e o setor de alimentação e serviços estão recebendo nossos materiais, e algumas ações serão sugeridas para que possamos fortalecer vínculos e proporcionar uma ótima experiência aos visitantes”, completa.

Celebração do setor

José Basílio, prefeito de Santa Clara d'Oeste e presidente da Associação das Prefeituras dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (AMITESP), celebra a vitória na Câmara. “Para nós é um grande orgulho fazer parte deste momento histórico que mostra o quanto o turismo é um pilar essencial para o desenvolvimento do estado e do Brasil. O Turis-

mo faz com que cada cidade ou Região Turística seja conhecida muito além dos muros que as cercam”, diz.

Segundo Basílio, a AMITESP vai continuar apoiando todos os municípios, tanto os recém-contemplados quanto os que já são MITs, cobrando a liberação de recursos, novas estruturas e novos projetos para que cada vez mais o Turismo seja reconhecido como ferramenta de



Lorena pretende investir no turismo religioso



O prefeito de Lorena, Sylvio Ballerini, lista as ações que podem ser feitas na cidade

impulsione econômico através da movimentação financeira dos turistas -, **cultural** - pelo contato com as tradições ímpares de cada cidade - e **social** com a troca de experiências entre os envolvidos.

Ainda segundo Basílio, o MIT vai muito além da nomenclatura. “Cada objeto que é aprovado e o recurso liberado traz para o município contemplado uma nova cara e forma de ser conhecido”, explica, dando o exemplo de Santa Clara d'Oeste. “No meu município, por exemplo, com o MIT já revitalizamos as principais ruas e avenidas da cidade, revitalizamos a nossa Prainha Municipal e com isso aumentamos muito - em mais de 50% - o fluxo de turistas, girando ainda mais a economia local e regional visto que, como os municípios são muito próximos um dos outros, os turistas sempre vão visitar outras cidades próximas para que a experiência seja completa”, justifica.

O gestor destacou ainda a importância da integração regional. “Tendo uma região forte, mesmo que composta por municípios de porte menor, conseguimos ‘brigar’ em igualdade com cidades maiores, fazendo com que todos ganhem, equilibrando desta forma a economia como um todo”, completa.

Uvesp e AMITESP firmam parceria

Em paralelo, a assembleia da AMITESP, realizada em Laranjal Paulista no último dia 13, reuniu representantes de 74 municípios de Interesse Turístico e mar-



O secretário Roberto de Lucena comenta os impactos positivos para os municípios

cou um passo importante para o municipalismo paulista. Além da aprovação do novo estatuto da entidade e da discussão sobre o futuro do turismo, o evento contou com a presença dos secretários estaduais Gilberto Kassab e Roberto de Lucena. No encontro, a Uvesp assinou um termo de parceria com a AMITESP, com foco na troca de conteúdo e na cooperação em eventos voltados a prefeitos e vereadores. O ato foi oficializado pelos presidentes Sebastião Misiara (Uvesp) e José Basílio (AMITESP), com a presença da presidente Executiva da Uvesp, Silvia Melo. “Foi um dia de integração e diálogo, que reforça a união em prol do fortalecimento do municipalismo e do turismo”, diz Basílio.

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Do campo para o mundo: encontro paulista reforça protagonismo feminino no agronegócio

Semeadoras do Agro reúnem mais de 3,3 mil participantes e sonham com expansão nacional

O agronegócio brasileiro, responsável por cerca de um quarto do PIB nacional, viveu um momento histórico em Ribeirão Preto. O 3º Encontro Estadual de Mulheres do Agro, promovido pela Comissão Semeadoras do Agro, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), reuniu mais de 3,3 mil participantes no final de agosto. O número expressivo não apenas reforça a relevância do movimento, mas também mostra como as mulheres vêm conquistando espaço e liderança no setor.

O destaque desta edição foi a amplitude nacional do encontro, com a presença de representantes de estados como Ceará e Goiás. Essa participação interestadual trouxe ainda mais visibilidade ao papel das mulheres do campo, confirmando que a iniciativa paulista já extrapolou fronteiras e inspira a criação de um Encontro Nacional de Mulheres do Agro já no próximo ano, conforme defendido por autoridades presentes.

O protagonismo das Semeadoras do Agro

Criado pela Faesp, em parceria com os sindicatos rurais e o Senar-SP, o movimento Semeadoras do Agro nasceu com a missão de dar visibilidade às mulheres que sempre estiveram no campo, mas historicamente foram invisibilizadas. Hoje, o projeto está presente nos 645 municípios paulistas e ganha força ao oferecer capacitação, incentivo ao empreendedorismo e apoio à autonomia financeira.

A presidente da Comissão



Autoridades e lideranças reforçaram a necessidade de políticas públicas para fortalecer o protagonismo das mulheres do campo

Dimensão nacional

O evento foi palco de debates sobre políticas públicas, empreendedorismo e o futuro do agro sob a perspectiva feminina. Autoridades presentes como o presidente da Faesp, Tirso Meirelles, e o diretor técnico do Sebrae-SP, Marco Vinholi, ressaltaram a importância de se ampliar a atuação das Semeadoras para outros estados.

Semeadoras do Agro, Juliana Farah, destaca a importância histórica do encontro e a consolidação de São Paulo como referência nacional. “Foi um sucesso. Foi o ápice do ápice dos encontros estaduais das Mulheres do Agro do estado de São Paulo. Um encontro que é referência a todo o Brasil, porque São Paulo vem se consolidando com esse trabalho que a gente vem fazendo através dos nossos sindicatos rurais

A relevância também foi reconhecida por lideranças nacionais, como a presidente da Comissão Nacional de Mulheres do Agro da CNA, Stéphanie Ferreira, que destacou o trabalho motivador das Semeadoras, e pela deputada federal Rosana Valle, que reforçou a necessidade de políticas públicas para impulsionar o empreendedorismo feminino rural.

do estado de São Paulo, onde nós chegamos aos 645 municípios”.

Ela também ressalta o caráter social do movimento: “para virar uma política pública no nosso país, a gente precisa da união de todas as entidades e instituições, falando e trabalhando pelo mesmo foco, que é trazer a mulher do campo para visibilidade e levando para essas mulheres a capacitação e a autonomia financeira, resgatando a autoestima dessa mu-

lher e mostrando que ela pode, que ela é capaz”.

Ou seja, a mensagem central é clara: as mulheres do campo não apenas produzem, mas lideram e transformam.

Empreendedorismo feminino

Durante todo o encontro, ficou evidente que o empreendedorismo feminino no campo é uma das maiores forças de transformação social e econômica do Brasil atual. Mulheres que antes ocupavam papéis invisíveis passaram a ser protagonistas na gestão de propriedades, na produção agrícola e na agroindústria.

Além disso, o impacto das mulheres no agro brasileiro já é mensurável. Segundo dados apresentados no evento, 1,7 milhão de propriedades rurais estão sob administração feminina, somando 30 milhões de hectares. Esses números reforçam que a presença das mulheres não é pontual ou simbólica, mas sim estratégica para o futuro do setor.

Por fim, além da dimensão econômica, há também um ganho social: a renda gerada pelas mulheres amplia o acesso das famílias à saúde, à educação e a melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que fortalece a coesão comunitária.

Eliria Buso
jornaldointerior.uesp@gmail.com



Juliana Farah destacou que São Paulo se tornou referência nacional no fortalecimento das mulheres do campo



Com mais de 3,3 mil participantes, encontro em Ribeirão Preto abriu caminho para um evento nacional

Prefeituras agora contam com programa educacional tecnológico para crianças da pré-escola

Programa une tecnologia, criatividade e brincadeira para transformar o aprender de crianças de 4 e 5 anos.

Voltado a crianças de 4 e 5 anos da rede pública, o programa **SIMROBÓTICA®** Educação Infantil, da **SIM Inova®**, une tecnologia, criatividade e ludicidade para potencializar a aprendizagem na pré-escola, fase de maior desenvolvimento intelectual e formação de conexões neurais.

Alinhado à BNCC, à BNCC da Computação e ao Currículo de Tecnologia e Computação do CIEB, o programa promove o letramento tecnológico com metodologias como Aprendizagem Criativa, Pensamento Computacional e STEAM, desenvolvendo aspectos físicos, afetivos, sociais e cognitivos. Cada aula é estruturada nas etapas Descobrir, Criar e Multiplicar, integrando os cinco campos de experiência da BNCC: convivência, raciocínio lógico, expressão artística,

linguagem e movimento.

As atividades utilizam kits com peças de encaixe, sensores e motores, além de guias impressos e digitais para o professor. O material físico inclui caderno de atividades (36 aulas/ano) e conjunto tecnológico com 140 peças. Os recursos digitais, acessados pelo educador via plataforma e aplicativo, trazem guias, modelos 3D, orientações pedagógicas e suporte especializado.

Um diferencial é que as crianças não usam telas. As montagens, feitas em grupo, permitem compreender conceitos de codificação e automação, como acender uma lâmpada ao anoitecer usando sensores. Assim, tecnologia e criatividade se integram de forma lúdica e significativa.

“O programa amplia a abordagem pedagógica e prepara as crianças para compreender e



Projeto educacional tecnológico leva ludicidade para pré-escola

transformar o mundo com sensibilidade, criatividade e consciência”, afirma Ivan Ipólyto, CEO da **SIM Inova®**. A proposta ainda está em harmonia com os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU), estimulando o uso crítico e responsável da tecnologia desde os primeiros anos escolares.

FE25
INTELIGÊNCIA EMPREENDEDORA

Aqui, a Inteligência Artificial inspira. E a Inteligência Empreendedora transforma.

Palestras, conexões e oportunidades para você e sua empresa evoluírem.

Venha para a Feira do Empreendedor do Sebrae.

Evento gratuito

Inscreva-se em
fe25.com.br

15-18 OUT
10 ÀS 20H

SÃO PAULO
EXPO

Consórcio Três Rios se destaca na integração regional e na preservação ambiental

Iniciativas fortalecem representatividade política e garantem avanços sustentáveis

O Consórcio Intermunicipal Três Rios, presidido pelo prefeito de Taubaté, Sérgio Victor, reúne atualmente 23 municípios do Vale do Paraíba e Litoral Norte, representando mais de 1,8 milhão de habitantes. Criado como uma associação pública de direito público interno, o consórcio busca viabilizar projetos e serviços de interesse comum que dificilmente seriam alcançados isoladamente por cada município.

Com atuação multifinalitária, é responsável por iniciativas em diferentes áreas, como zeladoria, sinalização viária, inspeção de produtos de origem animal e, sobretudo, o pioneiro projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), batizado de **Vale Mais Verde**. Essa amplitude de ações transforma o consórcio em uma ferramenta estratégica para a gestão regional, promovendo tanto ganhos econômicos quanto sociais e ambientais.



Produtos de origem animal ganham certificação com o Selo de Inspeção Municipal (SIM) que assegura conformidade com a legislação

Serviços compartilhados

Na área urbana, o consórcio disponibiliza serviços de zeladoria, como roçada, jardinagem e pintura, atendendo às demandas cotidianas dos municípios. Outro destaque é o caminhão equipado com mão de obra especializada para a sinalização viária horizontal, um recurso fundamental para a segurança no trânsito.

Na área de saúde e alimentação, o consórcio atua por meio do **Selo de Inspeção Municipal (SIM)**. A ação garante que pro-

duto de origem animal sejam comercializados de forma segura e legal, beneficiando tanto consumidores quanto pequenos empreendedores.

Esse trabalho é reforçado pelo ingresso ao **Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB)**, que está sendo implementado neste mês de setembro, visando ampliar ainda mais a capacidade de comercialização dos produtores locais.

Cooperação e desafios

Para o secretário Executivo, Victor Miranda, a força do consórcio está na integração dos municípios. “A união dos municípios amplia a força política da região, pois transforma demandas locais em pautas coletivas. Isso garante maior poder de negociação junto aos governos Estadual e Federal, além de dar mais visibilidade às necessidades comuns. Em vez de cada município agir isoladamente, o consórcio constrói uma voz única, fortalecendo a representatividade e ampliando as chances de conquistar recursos, projetos e políticas públicas”.

No entanto, a diversidade de perfis entre os 23 municípios traz desafios. “Conciliar diferentes rea-

lidades exige planejamento e diálogo constante. O desafio é garantir que todos se sintam contemplados, evitando que municípios maiores ou menores tenham protagonismo desigual”, ressalta.

Miranda também destaca a importância do PSA: “trouxe impactos significativos, como a preservação de nascentes, a recuperação de áreas degradadas, o fortalecimento da consciência ambiental, a valorização da propriedade rural e a geração de renda aos produtores rurais”. Os resultados mais visíveis são a melhoria da qualidade da água, a redução de erosões e a valorização do papel dos agricultores como parceiros na conservação ambiental”. Segundo ele, o próximo passo é expandir o PSA para mais propriedades, aumentar os incentivos e consolidar parcerias que garantam a sustentabilidade financeira do programa a longo prazo.



Consórcio Três Rios consolida modelo de cooperação intermunicipal que alia desenvolvimento econômico e preservação ambiental

Fazem parte do Consórcio Intermunicipal Três Rios:

Aparecida • Caçapava • Campos do Jordão • Caraguatatuba • Cunha, Igaratá • Ilhabela • Jacareí • Jambéiro • Lagoinha • Monteiro Lobato • Natividade da Serra • Paraíba • Redenção da Serra • Salesópolis • Santa Branca • Santo Antônio do Pinhal • São Bento do Sapucaí • São José dos Campos • São Luiz do Paraitinga • Taubaté • Tremembé • Ubatuba.



Com mais de R\$ 8,7 milhões repassados, projeto Vale Mais Verde já transformou propriedades rurais em áreas de conservação produtiva

Projeto Vale Mais Verde

O principal destaque da atuação do consórcio está na execução do projeto **PSA Refloresta-SP – Vale Mais Verde**, financiado pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop) e coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil). A iniciativa prevê a restauração de 1.300 hectares no Vale do Paraíba, aliando conservação ambiental e fortalecimento da agricultura sustentável.

O consórcio é responsável por operacionalizar o programa, desde a publicação dos editais de chamamento para produtores rurais até a formalização de contratos, assistência técnica e monitoramento das práticas implementadas. Em menos de um ano, já foram firmados 116 contratos, com repasses de R\$ 8,7 milhões em pagamentos por serviços ambientais. Os agricultores contemplados recebem apoio financeiro para adotar sistemas agroflorestais e silvipastoris, além de conservar áreas nativas existentes.

De acordo com os planos de ação, cada produtor pode receber em média R\$ 41,5 mil pela restauração de vegetação nativa com sistemas produtivos sustentáveis e R\$ 12 mil pela conservação da vegetação já existente. Segundo avaliação técnica realizada após seis meses, 55 dos 59 planos iniciais já foram cumpridos integralmente, resultado que evidencia o engajamento da comunidade rural e a eficácia do modelo adotado.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Consórcios intermunicipais precisam seguir a lei

Licitações compartilhadas podem beneficiar a todos, desde que cumpram regras de planejamento

A Nova Lei de Licitações (lei nº 14.133/2021) representa um marco na busca por maior modernização e eficiência na gestão pública brasileira. Entre os instrumentos previstos na nova legislação, destaca-se a possibilidade de certames compartilhados, incluindo aqueles realizados por meio do **Sistema de Registro de Preços**. Tal ferramenta, quando corretamente aplicada, pode ampliar o poder de compra dos municípios, gerar economia de escala, promover ganho de expertise técnica, uniformização de equipamentos e serviços, melhor planejamento e redução de custos, além de conferir celeridade às contratações.

Contudo, a análise de casos que agora começam a chegar ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo revela um cenário preocupante em relação à forma de condução desses processos de compras. Em especial, chama a atenção o número crescente de editais lançados por consórcios, com valores e volumes expressivos, sem o cumprimento de etapas essenciais da fase de preparação.

Os indícios de irregularidades são consistentes. Em diversos casos, verifica-se, por exemplo, a ausência da fase do procedimento público de intenção de registro de preços, exigido pelo artigo 86 do diploma. Essa etapa, obrigatória na fase preparatória, tem como objetivo assegurar a transparência, permitir a adesão de outros órgãos interessados e garantir uma estimativa realista e fundamentada das quantidades a serem con-



Cooperação dos municípios consorciados gera economia, mas precisa ser construída sobre a base sólida da legalidade

tratadas. Essa omissão compromete a lisura do certame desde sua origem.

Além disso, em alguns processos, nem sequer há documentos que formalizem as demandas de cada ente consorciado, o que levanta dúvidas sobre a real necessidade das aquisições previstas. Também foram identificadas inconsistências na caracterização do interesse público, ausência de memórias de cálculo que fundamentem as estimativas de consumo e inexistência de manifestação técnica quanto à adequação das aquisições propostas.

Essas fragilidades evidenciam falhas graves na estruturação das licitações e apontam para um risco real de vícios insanáveis que podem ensejar a anulação dos certames. Vale lembrar que a fase de planejamento é a espinha dorsal de toda licitação. É nela que se definem as reais necessidades da administração, a viabilidade da contratação e a compatibilidade entre o objeto pretendido e os recursos disponíveis.

É importante frisar que o tribunal de contas reconhece os méritos e as vantagens das concorrências

Em diversos casos, verifica-se, por exemplo, a ausência da fase do procedimento público de intenção de registro de preços, exigido pelo artigo 86 do diploma

públicas compartilhadas por consórcios, sobretudo em contextos de escassez de recursos e limitações estruturais enfrentadas por pequenos municípios. No entanto, esses benefícios não isentam os gestores do cumprimento rigoroso das exigências legais. A legalidade, a motivação dos atos administrativos e a transparência são inegociáveis em qualquer modalidade de compra pública.

Diante do cenário identificado, é recomendável que o tema passe a ser elemento de atenção especial nas fiscalizações ordinárias realizadas junto às associações intermunicipais, com base em critérios técnicos de seletividade e amostragem. O controle externo deve exercer um papel pedagógico, como prevê o artigo 173 da Nova Lei

de Licitações, orientando os responsáveis sobre as boas práticas previstas na norma, mas também atuando com firmeza quando a legalidade for desrespeitada.

Recordo aos prefeitos, enquanto dirigentes dessas associações municipais, a possibilidade de serem apenados diretamente pelo Tribunal de Contas, inclusive com potenciais reflexos na sua inelegibilidade futura, uma vez que, ao contrário das contas anuais, o julgamento não depende da atuação do Legislativo local.

Redobra-se, portanto, a importância de uma correta aplicação da Lei nº 14.133/21 que exige mais do que familiaridade com seus dispositivos – requer planejamento técnico qualificado, respeito aos princípios que regem a administração pública e compromisso com o interesse coletivo. O fortalecimento dos consórcios como instrumentos legítimos de cooperação federativa passa, necessariamente, pela observância estrita das etapas preparatórias, sob pena de comprometimento da validade e da eficácia das contratações.

Em síntese, o que se espera não é apenas que esses agrupamentos intermunicipais utilizem os mecanismos previstos na nova legislação, mas que o façam com responsabilidade, transparência e plena aderência aos princípios legais e constitucionais. O momento é de consolidação das boas práticas, e cabe aos órgãos de controle e aos próprios gestores públicos garantir que a inovação não se converta em risco.



Dimas Ramalho
Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

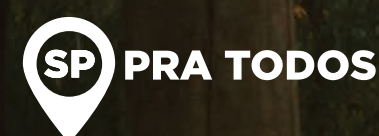
Descubra as Rotas do Vinho de SP



Rotas do Vinho de São Paulo

Explore paisagens deslumbrantes,
deguste vinhos excepcionais
e delicie-se com uma gastronomia
incrível nas Rotas do Vinho de
São Paulo. Venha brindar com a gente!

APOIO INSTITUCIONAL:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DAS EMPRESAS
AÉREAS



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Hortolândia é pioneira em saúde mental na Região Metropolitana de Campinas

Programas incluem capacitações, rodas de conversa e ações de prevenção



Servidores municipais passam a contar com programas estruturados de promoção ao bem-estar psicológico

A Câmara Municipal de Hortolândia formalizou, no último dia 19 de agosto, um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) para a implantação de um projeto voltado à saúde mental dos

servidores do Legislativo. Trata-se da primeira iniciativa desse tipo na Região Metropolitana de Campinas (RMC), o que reforça o caráter inédito da ação no contexto institucional.

O convênio não gera custos à Câmara e prevê a participação

de duas estagiárias do curso de Psicologia da PUC-Campinas, sob a supervisão da professora Dra. Heloisa Aparecida de Souza, especialista em Psicologia do Trabalho. As atividades incluem rodas de conversa, oficinas, campanhas de prevenção, acolhimento individual e coletivo, além de palestras e atividades educativas relacionadas a temas como autocuidado, estresse, inteligência emocional, assédio moral e sexual.

Segundo Heloisa, o objetivo central é consolidar uma rotina permanente de atenção à saúde mental no ambiente de trabalho. "O cuidado com a saúde mental precisa ser frequente, se tornar parte da rotina da instituição. Isso contribui para desenvolver a inteligência emocional e para construir um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e respeitoso".

O projeto nasceu a partir de uma palestra ministrada pela

própria professora na Escola do Legislativo de Hortolândia, em 2023, sobre assédio moral e sexual. A coordenadora da Escola, Jocelene Cardoso, afirma que a receptividade do público e o apoio da presidência da Câmara foram decisivos para o avanço da parceria.

O Presidente da Câmara, vereador Daniel Laranjeira, ressaltou a relevância do projeto para a valorização dos servidores e destacou o pioneirismo da instituição: "sabemos da importância de se investir em ações sobre saúde mental. Fico muito feliz em saber que somos o primeiro Poder Legislativo da Região de Campinas a investir nessa área. Queremos ser exemplo para os demais, pois dependemos inteiramente dos nossos servidores para que tudo funcione da melhor maneira possível".

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Soluções estratégicas para a Gestão Pública.

OM30

SAÚDE
SIMPLES

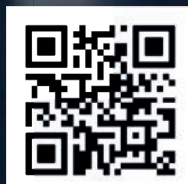
EDUCAÇÃO
SIMPLES

OUTSOURCING
SIMPLES

DOC+
SIMPLES

MOB
SIMPLES

DADOSGOV
SIMPLES



Vinte anos do Código de Proteção Animal em São Paulo: avanços recentes e novos desafios

Leis atualizadas e investimentos em programas como Meu Pet reforçam a vanguarda paulista

Há exatos vinte anos, São Paulo deu um passo histórico ao instituir o Código de Proteção aos Animais (Lei nº 11.977). O marco de 2005 representou o início de uma política pública que reconhece o bem-estar animal como parte essencial da vida em sociedade. Duas décadas depois, é possível afirmar que o Estado consolidou um sistema normativo moderno, capaz de responder a novas demandas da população e às transformações ambientais.

Desde 2023, avançamos em diferentes frentes. Na esfera legal, o Governo do Estado sancionou normas decisivas para reforçar a dignidade animal. A Lei nº 17.972/2024 disciplinou a criação e o comércio de cães e gatos, estabelecendo padrões claros de saúde e bem-estar. A Lei nº 18.184/2025 proibiu o uso de correntes e cordas que impeçam cães e gatos de se movimentarem livremente, e a Lei nº 17.885/2024 criou o Julho Dourado, mês dedicado à mobilização social em torno da causa animal. Somam-se a essas medidas regulamentações voltadas à fauna silvestre, como a Resolução Semil nº 025/2024, que estabeleceu regras para solturas, e o Decreto nº 69.582/2025, que organizou o sistema de resgate de animais no território paulista.

Esses avanços legislativos caminham junto com políticas públicas de impacto direto na vida dos tutores e de seus



SP celebra duas décadas de conquistas, olhando para o futuro da integração entre saúde humana, animal e ambiental

No início de setembro, inauguramos em Sorocaba a quarta clínica veterinária do Estado, um investimento de R\$ 8,65 milhões.

animais. O programa Meu Pet é um exemplo concreto dessa transformação. No início de setembro, inauguramos em Sorocaba a quarta clínica veterinária do Estado, um investimento de R\$ 8,65 milhões que garante atendimento gratuito e de qualidade, incluindo urgência, exames e cirurgias. Outras unidades já estão em funcionamento em Araçatuba, Votuporanga e Santa Bárbara d'Oeste. Ribeirão Preto e São José do Rio Preto também receberão clínicas em breve. Juntas, essas estruturas representam R\$ 43,6 milhões aplicados em saúde e

bem-estar animal.

Além das clínicas, o programa contempla os pet contêineres, consultórios veterinários de 60 m² para atendimentos básicos. Até o final de 2025, São Paulo terá 55 unidades em funcionamento, espalhadas por todas as regiões, com investimento total de quase R\$ 18 milhões. Essa rede amplia o acesso gratuito à saúde animal, descentralizando o atendimento e fortalecendo parcerias com os municípios.

A proteção à fauna silvestre também tem sido prioridade. Os Centros estaduais de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras) recebem cerca de 11 mil animais por ano, muitos oriundos do tráfico. Para enfrentar esse desafio, atuamos de forma integrada com parceiros em operações de inteligência que desarticulam redes criminosas e devolvem milhares de animais à natureza.

O futuro exige mais. O Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (Pearc), lançado em 2025, reforça a integração entre saúde humana,

animal e ambiental, seguindo o conceito de saúde única. Entre suas ações, destaca-se o fortalecimento da rede de atendimento a animais afetados por eventos climáticos extremos, como ondas de calor e incêndios.

Vinte anos após o Código de Proteção Animal, São Paulo segue na vanguarda, provando que cuidar dos animais é também cuidar da biodiversidade, da saúde pública e da qualidade de vida de toda a sociedade.



Jônatas Trindade
Subsecretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Leis em defesa do bem-estar animal vetam correntes em pets e testes de cosméticos

Avanços em âmbito estadual e federal marcam nova etapa da luta a favor da dignidade animal

Brasil vive um momento decisivo na luta pela causa animal. Em menos de um mês, duas importantes legislações foram sancionadas e já estão em vigor: em São Paulo, a Lei nº 18.184 proíbe o acorrentamento de cães e gatos, estabelecendo regras claras para garantir condições dignas de alojamento e bem-estar. Já no plano federal, a Lei nº 15.183 veta o uso de animais em testes para cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal. Juntas, essas medidas reforçam uma mudança cultural que vem se consolidando nos últimos anos e que aproxima o país de padrões internacionais de proteção animal.

O governador Tarcísio de Freitas sancionou em 25 de agosto a lei que proíbe o uso de correntes e cordas para manter cães e gatos presos. A medida considera o acorrentamento uma restrição da liberdade do animal e define como inadequado qualquer alojamento que não atenda ao tamanho e porte do pet, ou que coloque sua saúde e vida em risco.

De autoria do deputado estadual Rafael Saraiva, a lei só permite o acorrentamento em situações temporárias, quando não houver outro meio de contenção, e ainda assim sob condições específicas: o uso de estirantes ou correntes do tipo vaivém que ga-



Crédito: Alven Neo via Unsplash

É preciso fiscalização para que as novas leis sejam efetivas

rantam mobilidade, coleira compatível com o porte, abrigo contra o clima, água limpa, alimentação adequada e espaço higienizado.

Tutores que descumprirem a norma ficam sujeitos a penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605/1998, que trata de crimes ambientais.

Fiscalização e impacto imediato

Para o deputado Rafael Saraiva, a lei já demonstra resultados práticos. “O impacto é muito positivo, tanto em caráter educativo quanto em caráter punitivo. Já vimos algumas prisões sendo realizadas no estado de São Paulo após a sanção da lei, mas também a ampla divulgação da imprensa faz com que as pessoas tenham esse entendimento da proibição da cultura do acorrentamento e, dentre muitas denúncias que eu já recebi no gabinete, quando fui averiguar os animais já estavam soltos”, afirma.

Questionado sobre a dificuldade de fiscalizar a norma em cidades pequenas e áreas rurais, o parlamentar destacou que a aplicação depende da atuação integrada do poder público e da sociedade. “A fiscalização pode ser

Todo avanço nas leis em prol dos animais deve ser comemorado. Caminhamos, ainda que lentamente, numa ascensão neste sentido

feita por qualquer agente público, qualquer um do povo, as pessoas estão fiscalizando e informando seus vizinhos. Em caso de reiteração da conduta, cabe às forças de segurança municipal, forças de segurança pública estadual, agentes municipais fiscalizarem e pedirem apoio policial”, diz.

Saraiva ainda rebate críticas de que a lei poderia expor a população a riscos em casos de animais considerados agressivos. “A responsabilidade para ter um animal, ela passa desde o de fornecer a ele condições dignas de vida, acesso à comida, abrigo de sol, chuva, ambiente salubre, como a responsabilidade de manter ele seguro e manter pessoas seguras também. Então não tem como ele alegar a ausência de corrente como culpa por

eventual ataque porque manter o animal na corrente você está tirando a dignidade dele, a liberdade dele e não pode usar isso como desculpa em caso de dano a terceiro”, argumenta.

Municípios no desafio da implementação

Rodrigo Rodrigues, conhecido como Palhinha, secretário ad-



O deputado Rafael Saraiva celebra a aprovação da lei contra o acorrentamento

A proibição dos testes faz com que as empresas do setor se atualizem, buscando novas tecnologias

junto de Causa Animal da Prefeitura de Botucatu, ressaltou que os efeitos da lei são amplos, mas exigem estrutura local para serem concretizados. “Os impactos serão extremamente relevantes, porém há a necessidade de os municípios criarem órgãos fiscalizadores, para que a lei seja devidamente efetiva”, afirma.

Botucatu já contava com legislação municipal que vedava contenção curta e previa multas, porém o secretário considera que a lei estadual fortalece a fiscalização e dá apoio às forças policiais. Para Palhinha, a conscientização é parte fundamental da mudança. “Creio que o melhor caminho para isso, além de fazer divulgações em massa, em órgãos de imprensa e redes sociais, deve-se introduzir no currículo escolar nas escolas, mesmo que de forma gradativa, pois as crianças são grandes propagadores de informações dentro de seus próprios lares”, argumenta.

Palhinha também opinou sobre a situação de animais bravos, que oferecem potencial risco e têm fácil acesso à rua. “A lei prevê o estirante, que apesar de não ser a melhor solução do problema, pelo menos dá ao animal uma qualidade de vida aceitável, visto que o estirante permite a locomoção do animal por um determinado espaço, para que ele se alimente, beba água e também se abrigue do sol e da chuva. Mas é preciso uma fiscalização efetiva, que a população tenha a quem denunciar situações de maus tratos e que os responsáveis sejam punidos”, diz.

Experiência de Mogi das Cruzes

Em Mogi das Cruzes, a pauta animal vem ganhando força há mais de uma década. A vereadora Fernanda Moreno, defensora ativa da causa, lembra que a cidade já havia aprovado a Lei nº 7.855/2022, que proíbe definitivamente o uso de correntes ou similares. “Todo avanço nas leis em prol dos animais deve ser comemorado. Caminhamos, ainda que lentamente, numa ascensão neste sentido”, afirma.

Ela explica que a divulgação ainda é um gargalo. “As prefeituras pecam muito na divulgação das leis. Mesmo as municipais, são por muitas vezes negligenciadas, quanto mais estadual, pois a aplicação da lei requer uma mobilização. Espero que não seja aplicada apenas em casos esporádicos, mas que seja amplamente divulgada para ensinar a população a cuidar melhor dos

animais, buscando alternativas diferentes das correntes, que são, na maioria das vezes, objeto de tortura”, explica.

Em Mogi, campanhas em praças, distribuição de folhetos e ações de conscientização complementam a legislação. Para propagar a lei contra o acorrentamento, um manual foi elaborado com recomendações práticas, como construir canis adequados, oferecer água e comida sempre, passear regularmente com os pets e, quando necessário, utilizar guias compatíveis ao porte do animal em estirantes que permitam mobilidade.

Fim dos testes de cosméticos em animais

No âmbito federal, a sanção da Lei nº 15.183 em 30 de julho representou outro marco importante. O texto proíbe a utilização de animais em testes para produtos cosméticos, perfumes e itens de higiene pessoal, bem como para ingredientes usados exclusivamente nesses produtos.

A lei não se aplica a medicamentos e prevê exceções em casos específicos, como quando os testes tiverem sido realizados antes da norma; quando forem exigidos para fins não cosméticos pela Anvisa, por exemplo quando determinado ingredien-



O secretário Palhinha, de Botucatu, que já contava com legislação sobre o tema



Crédito: Efigenia Shustkova via Unsplash

Animais não podem mais ficar acorrentados no Estado de São Paulo

te for testado em animais para verificar a segurança de um remédio, os mesmos dados podem ser usados para registrar uma maquiagem que utilize esse ingrediente; ou em situações excepcionais de risco à saúde humana, quando os ingredientes suspeitos não puderem ser substituídos, nem exista outro método de testagem.

As autoridades sanitárias, responsáveis pela fiscalização do setor, têm dois anos para criar procedimentos específicos sobre o tema e também para elaborar regras relacionadas ao uso de frases nas embalagens dos produtos, como “não testado em animais”. Além disso, a cada dois anos, o poder público deverá divulgar relatórios indicando o número de vezes em que evidências documentais foram solicitadas às empresas para comprovar a adequação às normas.

Outra responsabilidade das autoridades é incentivar métodos alternativos aos testes em animais. As opções podem incluir análises físico-químicas, simulações por computador e experimentos laboratoriais in vitro, capazes de assegurar a segurança de produtos cosméticos e de higiene.

Para a vereadora Fernanda Moreno, a medida simboliza um avanço civilizatório. “A proibição dos testes faz com que as empresas do setor se atualizem, buscando novas tecnologias e a população, por outro lado, sente o benefício, sem ter mais que

conviver com a crueldade dos testes, que vêm junto aos produtos que chegam às suas residências”, afirma.

Um novo paradigma para a proteção animal

A aprovação quase simultânea das duas legislações mostra como o debate sobre os direitos dos animais ganha espaço nas agendas legislativas nacional e estadual. No Congresso, a luta pela proibição de testes em animais foi longa: o Projeto de Lei tramitou por mais de uma década até ser aprovado. Já em São Paulo, o próximo passo deve ser a modernização do Código de Proteção Animal, que completou 20 anos e será revisado em grupo de estudos presidido por Rafael Saraiva. “A relação da sociedade para com os animais mudou muito nos últimos 20 anos e a lei precisa acompanhar esses avanços”, diz o deputado.

De Mogi das Cruzes a Botucatu, passando por diversas cidades paulistas, exemplos de boas práticas e legislações locais já vinham sendo experimentados. Com a nova lei estadual e a norma federal, essas experiências ganham respaldo jurídico mais robusto e tendem a se disseminar ampliando a discussão sobre o tema e trazendo um novo olhar conscientizador para a população.

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



A vereadora Fernanda Moreno luta há muitos anos pela causa animal

A Diferença

Casa Branca



Instituto Jabuticabeiras incentiva leitura e cidadania

Casa Branca lançou o Instituto Jabuticabeiras, organização sem fins lucrativos voltada à inclusão social e ao desenvolvimento comunitário. O projeto apoia mulheres em situação de vulnerabilidade, com acolhimento psicossocial, orientação jurídica e capacitação. Outra frente em andamento é o “Virando a Página”, espaço de incentivo à leitura e escrita aberto à população.

Equoterapia



Santos fortalece terapias com cavalos

Santos sancionou a Lei Municipal 4.659/2025, tornando a equoterapia política pública permanente. A prática utiliza o cavalo como recurso terapêutico interdisciplinar para pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Atualmente, 230 praticantes são atendidos pela Associação Equoterapia em parceria com a Prefeitura, que custeia 164 vagas.



Inclusão

Rio Preto cria comitê para Estatuto do Autista

São José do Rio Preto anunciou a criação do Comitê Gestor que elaborará o Estatuto Municipal de Proteção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Presidido pelo professor Frederico Afonso, que também assume a nova Secretaria de Direitos Humanos, o comitê é um avanço importante nas políticas públicas voltadas à inclusão, acolhimento e garantia de direitos.



Piracicaba

Comissão aprova projetos de proteção social

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Piracicaba aprovou quatro projetos que ampliam a proteção social no município. As propostas incluem o “Botão do Pânico” para mulheres com medida protetiva, o programa “Mãe Acolhida” para mães solo, a Semana de Combate ao Trabalho Infantil e atendimento domiciliar a crianças e adolescentes com TEA.



Bragança Paulista

Escola municipal é destaque na educação integral

A Escola Municipal Prof. Fernando Amos Siriani, de Bragança Paulista, foi reconhecida nacionalmente em edital que valoriza práticas inovadoras de educação integral. A experiência pedagógica foi selecionada entre 739 iniciativas de 714 municípios, destacando a cidade como referência em inovação educacional e reforçando o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes.

Sustentabilidade

Usinas Solares

Araraquara mira inovação com energia limpa

O vereador Cristiano da Silva apresentou à Prefeitura de Araraquara a Indicação nº 3426/2025, propondo a criação de uma Política Municipal de Incentivo à Energia Solar. A ideia prevê usinas em terrenos ociosos, uso em prédios públicos e parcerias com a iniciativa privada, visando reduzir custos, revitalizar espaços urbanos e fortalecer a sustentabilidade ambiental.



Santo André



Jornada Ecoagente integra escola e comunidade

Santo André lançou neste mês o projeto Jornada Ecoagente, que levará educação ambiental e conscientização sobre mudanças climáticas à rede municipal. Com previsão de atender 50 escolas até 2026, capacitando cerca de 12,5 mil participantes, a iniciativa conta com hortas, compostagem e reciclagem. O objetivo é transformar alunos e educadores em agentes de sustentabilidade.

Educação ambiental

Jundiaí leva EcoTransforma às escolas municipais

A Prefeitura de Jundiaí, por meio do GERESOL, promove o Projeto EcoTransforma nas escolas municipais. A ação leva palestras e atividades sobre práticas sustentáveis, como coleta seletiva e uso dos Ecopontos, incentivando crianças e jovens a adotarem hábitos conscientes. O programa utiliza a metodologia STEAM e reforça os 5 Rs da sustentabilidade no ensino escolar.



Mogi Guaçu

Upcycling transforma moda e gera renda

O projeto Sustentabilidade na Moda – Formação em Upcycling (reciclagem criativa), em Mogi Guaçu, bateu recorde de inscrições, com 530 pessoas, e selecionou 40 mulheres para oficinas de corte, costura e reaproveitamento têxtil. Promovendo capacitação gratuita, geração de renda e consciência ambiental, a ação se encerrou no último dia 13, com uma exposição aberta ao público das peças criadas.



Petrobras

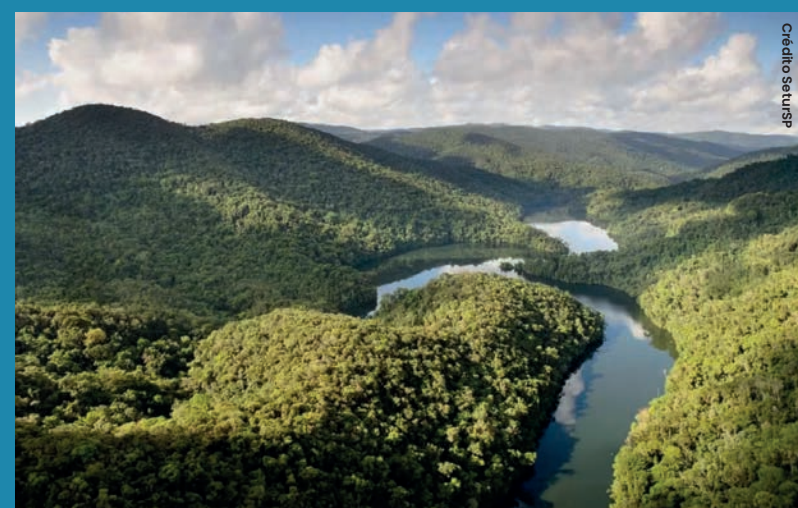


Projetos socioambientais chegam a Ubatuba

Ubatuba está entre os municípios contemplados pelo edital da Petrobras que destinará R\$ 21 milhões a projetos socioambientais voltados à crise climática. O projeto apoiará ações de mitigação, adaptação e resiliência em comunidades vulneráveis. As inscrições vão até 27 de outubro e fazem parte da seleção “Soluções Baseadas na Natureza para Adaptação e Resiliência Climática”.



Turismo



Crédito: Senasp

Distrito Ecológico de SP

Vale do Ribeira é destaque em prêmio nacional

O Distrito Turístico Ecológico Portal da Mata Atlântica, criado pela Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo, é finalista no **Prêmio Braztoa de Sustentabilidade 2025**, na categoria Gestão e Governança. Com plano de ações sustentáveis em andamento, o distrito cria oportunidades e amplia a oferta turística nos municípios de Miracatu, Tapiraí, Piedade, Juquiá e Ibiúna. 🏆

Região Vulcânica

São João integra programa de turismo regional

São João da Boa Vista passou a integrar o programa **Estratégia Territórios Empreendedores**, do SEBRAE. O município representa a Região Vulcânica, que reúne cidades de Minas Gerais e São Paulo. A iniciativa busca planos conjuntos para ampliar a visibilidade dos atrativos, consolidar a identidade regional e promover o desenvolvimento sustentável dos municípios participantes. 🏆



Turismo integrado

Novo roteiro integra Serra, Fé e Litoral em SP

O Governo de São Paulo lançou o **Circuito Serra, Fé e Mar**, integrando municípios da Serra da Mantiqueira, Vale do Paraíba, Litoral Norte e Região da Fé em um novo produto turístico sustentável. O projeto, feito em parceria com as cidades, une experiências culturais, religiosas, gastronômicas e de lazer, tendo o Aeroporto de São José dos Campos como hub de acesso. 🏆



Crédito: Estúdio

Votuporanga



Crédito: Orla - Prefeitura de Votuporanga

Município reforça turismo com novos atrativos

Em seu aniversário de 88 anos, em agosto, Votuporanga recebeu da Setur-SP dois novos atrativos: um pedalinho e uma tirolesa. O investimento de R\$ 548 mil, via Dadetur, contemplou ainda plataformas de acesso, sinalização e equipamentos. As atividades ampliam as opções de lazer do Município de Interesse Turístico, que integra a **Região Turística Maravilhas do Rio Grande**. 🏆

Guarujá



Projeto Turismo na Escola chega a 2.400 alunos

A Prefeitura de Guarujá lançou o **Programa Turismo na Escola**, que beneficiará 2.400 alunos do Ensino Fundamental I em 20 escolas municipais. Com material didático exclusivo, aulas teóricas e práticas conduzidas por monitores e professores, a ação busca despertar o orgulho local, valorizar o patrimônio cultural e formar agentes mirins de preservação turística e ambiental. 🏆



Saúde

Saúde inclusiva



Crédito: Guilherme Sirell

Ribeirão Preto abre ambulatório LGBTQIAPN+

Ribeirão Preto inaugurou, em agosto, o **Ambulatório de Diversidade Sexual**, pioneiro no atendimento integral à população LGBTQIAPN+. O serviço gratuito, no Hospital Electro Bonini da Unaerp, oferece cuidados ginecológicos, hormonais, reprodutivos e psicológicos, com atenção humanizada e foco na afirmação de gênero. Os atendimentos são realizados via SUS. 🏆

Jaguariúna



Crédito: Thiago Corvelho

Crianças recebem orientação odontológica

A Prefeitura de Jaguariúna criou o projeto **Saúde Bucal nas Escolas – Prevenção e Cuidado** para conscientizar crianças sobre a importância da higiene bucal. Unindo atividades lúdicas e atendimento odontológico nas escolas, a ação vem beneficiando cerca de 250 alunos na primeira etapa. Na sequência, alunos que precisarem de tratamento serão encaminhados à UBS. 🏆

Nova UBS

Itararé amplia estrutura da Atenção Básica

A Prefeitura de Itararé iniciou a construção de uma **nova Unidade Básica de Saúde** no bairro Pedra Branca, que beneficiará cerca de 910 moradores da região. O prédio, maior e mais moderno, oferecerá os mesmos serviços já disponíveis, mas em espaço adequado e confortável. A obra, financiada pelo PAC, tem prazo estimado de 10 meses e investimento de R\$ 1,9 milhão. 🏆

Projeto rural

Araçatuba encerra edição do Saúde no Campo

O município de Araçatuba encerrou mais uma edição do projeto **Saúde no Campo** no Assentamento Chico Mendes, com 90 consultas médicas, exames preventivos, testes rápidos e atendimentos multiprofissionais. A ação também contou com doações de roupas e cobertores pelo Fundo Social, garantindo assistência e prevenção às famílias rurais e ampliando o acesso à saúde. 🏆



Atendimento modernizado

Guararema adota sensores no cuidado ao diabetes

Guararema lançou a **Linha de Cuidado do Diabetes**, incorporando sensores de monitoramento glicêmico para crianças e gestantes atendidas pelo SUS. A tecnologia permite medir a glicemia em tempo real, sem agulhas, ampliando a precisão do acompanhamento e a qualidade de vida. O programa reforça o compromisso municipal com um cuidado moderno, humanizado e preventivo. 🏆



Crédito: Wesley Keill - Comunicação PMS

Tecnologia e Inovação

Olímpia

Município aposta em PPPs para inovação

A Estância Turística de Olímpia instituiu recentemente o **Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PPP)**, previsto na Lei Complementar nº 318/2025. A medida cria marco legal para atrair investimentos em áreas como turismo, mobilidade e gestão de resíduos, reforçando a estratégia de inovação e desenvolvimento econômico coordenada pela Prefeitura Municipal. 🗞️



Medição moderna



São José tem 1º hidrômetro inteligente do país

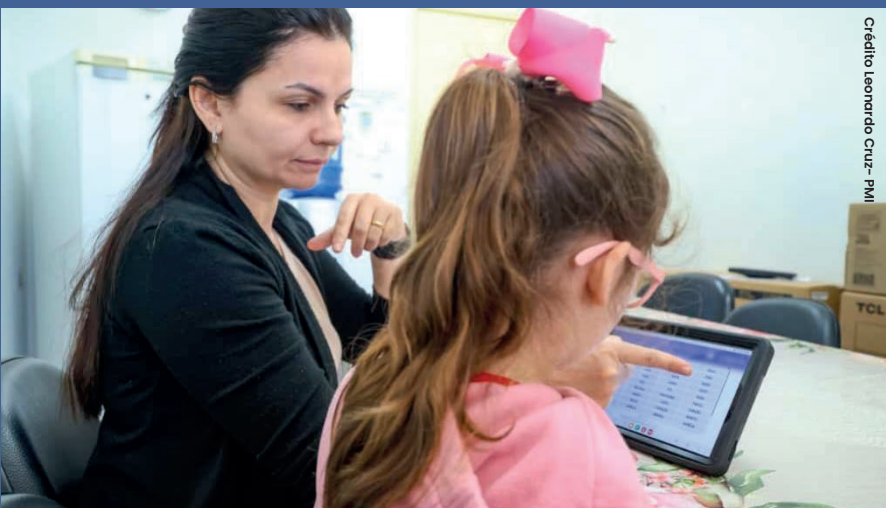
São José dos Campos será a primeira cidade do Brasil a receber **hidrômetros inteligentes** da Sabesp, com leitura em tempo real e acompanhamento via celular. A tecnologia integra projeto considerado o maior do mundo em IoT para saneamento. Até 2029, 4,4 milhões de imóveis em São José e São Paulo terão o equipamento instalado, garantindo eficiência e sustentabilidade. 🗞️

Sumaré

Cidade aposta em vigilância digital para proteção

A Prefeitura de Sumaré implantou o projeto **Smart Suma**, que amplia a segurança pública com totens de monitoramento em pontos estratégicos da cidade. O sistema conta com câmeras de reconhecimento facial, leitura de placas e vigilância em tempo real, integrado ao CIM e ao programa **Muralha Paulista**. A tecnologia apoia a Polícia Municipal e reforça a prevenção às ocorrências. 🗞️

Alfabetização



Indaiatuba passa a usar IA para avaliar leitura

A Secretaria de Educação de Indaiatuba aplicou avaliação de fluência leitora em 2.780 alunos do 1º ano com a plataforma **Lytera**, baseada em Inteligência Artificial. A tecnologia analisa ritmo, precisão e compreensão, gerando relatórios que orientam estratégias pedagógicas. Ação reforça o uso de inovação para aprimorar a alfabetização e otimizar a gestão educacional. 🗞️

Ciência

Butantan reforça confiabilidade energética

O Instituto Butantan inaugurou a **Usina de Geração e Cogeração de Energia**, movida a gás natural, com capacidade de 12 MW. A estrutura garante segurança energética para a produção de vacinas e soros, reduzindo custos e a demanda da rede elétrica. O projeto, em planejamento desde 2015, representa um avanço estratégico para a confiabilidade e expansão do parque fabril. 🗞️



Redescobrimdo O Interior

Campos do Jordão: natureza e sabores em experiências inesquecíveis

Cidade mais alta do Brasil é destino para quem busca clima europeu e gastronomia sofisticada

Conhecida como a “Suíça Brasileira”, Campos do Jordão é um dos destinos turísticos mais procurados do Estado, em qualquer estação do ano. Localizada a 1.628 metros de altitude, no coração da Serra da Mantiqueira, a cidade reúne em um só lugar arquitetura em estilo alpino, clima frio, belezas naturais e uma cena gastronômica completa e variada.

O centro turístico de Vila Capivari concentra bares, restaurantes, chocolaterias e lojas charmosas, além de um parque que faz a alegria da criançada. A gastronomia é um dos pontos fortes, com fondues, trutas e a tradicional culinária de montanha. Dentre os passeios, o Parque Estadual de Campos do Jordão (Horto Florestal) se destaca como um dos mais completos, com trilhas, mirantes e bosques de araucárias. Mas não faltam atrativos: o Parque Amantikir, o Museu Felícia Leirner, a Ducha de Prata e o Palácio Boa Vista são outros pontos que valem a pena ser visitados. Para completar a experiência, passeios a cavalo, de quadriciclo e bondinho conferem mais charme e aventura aos visitantes.

Na parte gastronômica, um dos mais recentes atrativos que vem ganhando destaque é a Cerveja Campos do Jordão. Fundada pelo empresário Sylvio Rios, tornou-se um ícone da cidade ao unir produção artesanal de excelência, paisagem privilegiada e experiências que conquistam turistas. O espaço abriga o Parque da Cerveja, um complexo que integra fábrica, restaurante, trilhas ecológicas, mirantes e programação cultural. A cerveja existe desde 2012,

porém inicialmente sem uma fábrica própria. “Com o crescimento nas vendas, a popularidade foi aumentando e nós fomos crescendo bastante, então houve a necessidade da gente ter o nosso próprio polo fabril”, relembra Mariza Assaf, gerente que hoje comanda o empreendimento. “Hoje a nossa fábrica tem uma capacidade para 45 mil litros, podendo ser ampliada facilmente. E a nossa cerveja está disponível na maior parte na Serra da Mantiqueira, mas também em alguns pontos em São Paulo”, emenda.

O trabalho da Cerveja Campos do Jordão tem conquistado reconhecimento dentro e fora do Brasil. No ano passado, cinco rótulos foram enviados ao concurso **Brasil Beer Cup** e dois estilos foram premiados com ouro e bronze. Já neste ano, o salto foi ainda maior: oito rótulos participaram e a cervejaria trouxe para casa três medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze. Além disso, ficou entre as Top 50 cervejarias da América Latina e alcançou o Top 10 em um dos estilos, concorrendo com produtores de 16 países e garantindo a quinta colocação.

Aliando a gastronomia ímpar da região e as paisagens típicas da serra, Campos do Jordão se destaca como um destino plural, apto a receber um público variado, que atrai com passeios tradicionais, mas também se reinventa com novos atrativos e empresários e gestores dispostos a investir no potencial da cidade. 🗞️

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com



FOTO 1: Parque Amantikir • FOTO 2: Palácio Boa Vista • FOTO 3: Parque da Cerveja • FOTO 4: Mariza Assaf é gerente na Cerveja Campos do Jordão • FOTO 5: Mirante no Parque da Cerveja • FOTO 6: Parque Capivari • FOTO 7: Museu Felícia Leirner •



O logotipo da LEGO®, o Minifigure, o logotipo SPIKE™ e os Modelos LEGO® são marcas registradas e/ou direitos autorais do Grupo LEGO®. Utilizado com permissão.

Programa curricular tecnológico acessível para estudantes a partir dos 4 anos



O que já é realidade em escolas particulares pode transformar as escolas públicas do seu município!

A robótica educacional vai além de uma simples tendência: ela prepara os alunos para o futuro, desenvolve habilidades essenciais e qualifica a futura mão de obra da cidade, abrindo diferentes possibilidades de carreira para os estudantes.

Juntos, podemos levar inovação, tecnologia e novas oportunidades para a educação pública!



Aponte a câmera para o QR Code e acesse!

SIM Inova
Tecnologia e Educação
www.siminova.com.br